

F-364



BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CONSULPUC - SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

II Curso De Integração Profissional De Adestrandos

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL BRASILEIRO

ANGELA MARIA DA SILVA MEDEIROS

F-364
Ex. L

ABRIL DE 1977

A presente monografia foi elaborada, durante o CIPRO II, por ANGELA MARIA DA SILVA MEDEIROS, sob a orientação de WILSON SUZIGAN (IPEA/INPES).

O escopo do trabalho é focalizar as " PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO" , tomando por base bibliografia, indicada pelo orientador re tr mencionado bem como se utilizando de demais livros e textos acadêmicos, como por exemplo, o clássico Formação E conômica do Brasil de CELSO FURTADO, dentre os outros poste ri ormente citados.

Possíveis falhas ou mesmo divergências de opiniões sobre alguns aspectos, que por acaso se apresentarem, devem-se a grandes simplificações efetuadas no decor rer do texto, não permitindo maiores esclarecimentos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- I. Introdução.
- II. Características Básicas da Germinação do Processo Industrial.
- III. Crise do Setor Cafeeiro - Surgimento do Setor Industrial como Elemento Dinâmico da Economia.
- IV. O Processo Industrial Contínuo como Resultado de Políticas Economicas.
- V. Observações Finais.

BIBLIOGRAFIA.

I. INTRODUÇÃO

Escrever a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro torna-se tarefa incompleta na medida em que o real processo de desenvolvimento de um país é constituído de uma série de interrelações estreitas entre diversos ramos.

Ressaltando-se o setor econômico, e, no caso do presente trabalho, essencialmente os aspectos econômicos internos, deixa-se de abordar com a real profundidade necessária os enfoques a respeito da situação política e social que o acompanham, quer seja como causa, estímulo, condição ou consequência. Corre-se o risco de que surjam erros, em casos particulares, das às simplificações realizadas.

A perspectiva deste trabalho não é de avaliar a performance do sistema nem de discutir as magnitudes de taxas de crescimento: trata-se de expor as fases cíclicas de crescimento econômico do país, pois desenvolvimento e crise são duas palavras chave do processo histórico brasileiro.

A industrialização do país evoluiu de forma significativa sem que este, no entanto, abandonasse suas características de subdesenvolvimento e de dependência. A idéia de industrialização associou-se, historicamente no Brasil, à substituição de importações. Este caráter substitutivo colocou o país num " compasso de espera" às renovações tecnológicas dos países desenvolvidos, não se verificando motivação suficiente/dentro do país para a aceleração de industrialização. Pode-se notar que a expansão do mercado interno condicionou-se primariamente à preservação das funções de consumo importadas e secundariamente a importação de funções de produção. Dessa forma, sendo o sistema industrial um processo contínuo, extremamente/dinâmico, o domínio dos fatores responsáveis pelas mudanças é que cria as condições para os novos tipos de dependência que surgem e se consolidam.

A substituição de importações foi a forma de crescer da economia brasileira. A industrialização se caracterizou por seu curso invertido, ou melhor dizendo, desenvolveram-se inicialmente as atividades super-estruturais como bens de consumo não duráveis e depois os duráveis. Somente se caminhou para a produção de matérias primas, máquinas, bens de capital, etc. a medida em que houve limitação na capacidade de importar.

De outro modo, esse crescimento da economia "para dentro" veio reafirmar a existência de fatores criados internamente que possibilitaram o crescimento econômico, não apenas apesar, mas também por causa, do declínio do comércio exterior e da capacidade de importar.

É importante ressaltar que as reações da economia brasileira às provocações externas, provenientes dos países desenvolvidos, são complexas, não se constituem de respostas passivas e se manifestam de forma variável segundo suas próprias condições internas. Essas, por sua vez, são caracterizadas pela dualidade estrutural, do país, que vem associando sub-formações hetero-econômicas, historicamente determinadas, e que ao mesmo desafio reagem de formas diferentes.

Por fim cabe destacar que o processo de industrialização foi abordado neste trabalho de acordo com 3 fases: (1) a primeira indo até 1930, o crescimento industrial se caracterizando por surtos espontâneos, pelo aparecimento de unidades industriais provocado pela política de defesa do nível de rendas do setor exportador; (2) uma segunda fase que pode ser vista como de transição, abrangendo o período 1930-1955, onde o núcleo central da economia ainda é o setor exportador / cafeeiro e cuja defesa via política cambial indiretamente favorece à indústria, devendo-se observar a ausência de uma política industrializante, resultado de ação do Estado e de um grupo empresarial; (3) a partir de 56, a terceira fase, quando a atividade industrial passa a ser realmente o elemento dinâmico. A

ação do Estado é deliberadamente de promover o desenvolvimento surgindo uma política econômica a partir de então, utilizando-se de órgãos públicos, com vistas a incentivar e regulamentar/ o crescimento industrial, dito crescimento econômico. As atividades financeiras antes voltadas para o setor de comércio exportador passam a gravitar em torno do setor industrial.

São apontados alguns pontos críticos deixados de lado historicamente no processo de industrialização e também foram ressaltados, (1) o círculo vicioso de subdesenvolvimento do sistema que não é capaz de autodinamizar-se, dependendo da ação do Estado, e (2) a carência de lideranças privadas nacionais aptas a conduzir o desenvolvimento.

II. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA GERMINAÇÃO DO PROCESSO INDUSTRIAL.

O comportamento do mercado do café, desde o final do século XIX, forneceu as condições internas básicas para a instalação da atividade industrial voltada para o mercado interno. Ao se fazer referência ao setor cafeeiro e seu desempenho está-se, necessariamente, introduzindo no sistema as oscilações das exportações de café, cuja influência é significativa, principalmente, durante o período que vai desde o modo de produção escravista até final da década de 20.

O aparecimento de pequenas e lentas mudanças no sistema econômico da época devem-se às flutuações do volume de exportação de produtos de origem agrícola, em especial, o café. As condições internas existentes que geraram o interesse e o contexto para a atividade industrial surgiram da conjugação dos 3 fatores seguintes:

- a) abolição do regime escravista - com o início da decadência das fazendas de café escravistas é conseqüente transformação da força de trabalho escrava em assalariada, a classe dominante da época, burguesia rural foi modernizada pelo governo(1), pelo dinheiro investido no escravo (alimentação, roupa, etc..). Através de emissões de moeda e de empréstimos externos ocorreu uma "monetização" da economia e criou-se uma classe de

(1) Importa observar que a indenização dos fazendeiros, principalmente através de empréstimos concedidos pela Inglaterra, não foi realizada integralmente; estes recursos foram desviados pelo Governo Republicano, tendo em vista sobretudo, o Plano de Rui Barbosa, sendo aplicados em outros setores (como por exemplo, nas atividades industriais), não se pagando totalmente aos fazendeiros.

fazendeiros/financiadores.

- b) a entrada de trabalhadores europeus, que substituiam os ex-escravos em atividades produtivas mais avançadas. Esse grupo trouxe consigo padrões de consumo diversificados, abaixo dos grupos senhoriais porém bem acima dos escravos.
- c) a concentração de Rendas no centro-Sul (especialmente a área cafeeira em São Paulo), destacando - se ainda que esta área apresentava processo de urbanização e aproveitamento de potenciais energético e de transportes.

Através dos dois primeiros pontos citados, verifica-se que surgiu um mercado de consumo interno, pois existiam grupos com disposição a consumir manufaturados ao alcance da produção local. Por outro lado, alguns emigrantes mais motivados aproveitaram as oportunidades que o sistema oferecia, de se instalar unidades manufatureiras.

Esses operários constituíram fator de grande força no sentido de se estabelecer e ter continuidade o processo de ampliação de atividades industriais. A presença dessa força produtiva marcava que o processo era irreversível, pois caso contrário, como manter ocupada a parcela de mão-de-obra já integrada nas manufaturas existentes (principalmente produção/têxtil) ?

Apresentados força produtiva-mercado consumidor interno e acumulação de capital proveniente de exportações de café e de indenizações a fazendeiros, deve-se destacar a existência dos 2 grupos ligados ao exterior. Exportadores e importadores sem completar o quadro de agentes no processo de industrialização emergente .

O comércio exportador, elemento principal, garantia os recursos para importar e saldar os compromissos de financiamento externo, ao mesmo tempo em que mantia o nível de renda e consumo. De um modo geral, este setor vincula-se a firmas estrangeiras dos países compradores e também a casas bancárias que participaram do controle de obras de infraestrutura e concediam sucessivos empréstimos ao governo, agravando ininterruptamente a situação financeira do país.

O setor importador atendia sobretudo ao consumo da classe dominante e representava forte obstáculo para o desenvolvimento da atividade industrial; quer seja dominando/ o fornecimento de bens de consumo, quer seja pelo não interesse da classe dominante em instalar no país indústrias concorrentes com aquelas firmas de países compradores de café.

As atividades manufatureiras que surgiram na segunda metade do século XIX foram complementares as atividades de exportação e importação, abrangendo serviços de tratamento final, embalagem, etc. Entretanto, desenvolvia-se, em especial, a indústria têxtil, e de alimentos e a de material/ de construção, induzidas pelo consumo local e provenientes de iniciativas particulares de pessoas do setor de importação que planejaram o aumento de seu lucro ao combinar atividades industriais internas à importação de semi-acabados.

Estas indústrias receberam maior impulso graças ao mecanismo cambial de manipular as taxas de câmbio: a moeda era desvalorizada quando ocorria a queda no volume de exportação, de forma a garantir a receita maior no exportador. Como contra partida os produtos importados passavam a custar/ mais caro, beneficiando assim a produção interna.

A década de 1890 apresentou o primeiro estímulo significativo dado a substancial redução nas importações. Verificou-se, no período a primeira (de uma longa série) substituição de importações.

Deve ficar claro que as medidas protecionistas, tomadas na época, ao nível de desvalorização cambial e ram exigências do grupo exportador visando a sustentação de sua renda, protegendo-o das oxilações do mercado internacional . Portanto a indústria interna foi favorecida por meio a caso.

Dessa forma, como foi observado, o início do crescimento industrial teve um caráter espontâneo e não integrado, não resultando da ação determinada de um grupo. O aumento de produção dependia da expansão e diversificação do consumo não atendido por carência de recursos para importar. A forma de defesa às dificuldades constantes da economia nacional (expressa sobretudo pelo constante individamento externo/ e as diversas crises do café) golpearam progressivamente o setor importador, oferecendo as oportunidades para o incremento da produção interna, como processo dinâmico.

No entanto já existia um núcleo econômico que se mostrava favorável ao aparecimento de indústrias. Esses núcleo adquiriu importância fundamental, na medida em que, básicamente lhe coube a capacidade de sustentação da economia nos períodos de crise 1913/1914 e 1929 (crises internas provocadas pelas internacionais que denunciaram cada vez mais, o problema do excessivo endividamento externo).

III. CRISE DO SETOR CAFEEIRO - SURGIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL COMO ELEMENTO DINÂMICO DA ECONOMIA.

A década de 30 foi bastante expressiva para o processo de industrialização tanto ao nível econômico como político.

A depressão de 1929 veio encontrar um Brasil / composto de regiões que mantinham muito pouco intercâmbio entre si, e muito dependentes dos seus próprios intercâmbios com o exterior. Forças regionais com diversidade de interesses econômicos caracterizavam uma situação em que o "poder central" era representante da hegemonia de uma região/grupo dominante . No caso, o setor cafeeiro durante longo tempo exerceu grande / força, dirigindo a "política econômica". A série de crises sucessivas que atingiu este setor deu razão a um processo de redefinição profunda da ação do Estado de forma a se equilibrar/ o sistema econômico.

Esta transformação, resultante da rearticulação dos grupos de poder, foi efetuada pela Revolução de 1930, tendo como consequência o revigoramento do poder central e a criação de um centro de decisões.

O declínio do nível de exportação, em especial do setor cafeeiro, a desvalorização da moeda e a inviabilidade de se manter o intenso fluxo de importações foram fatores importantes para a efetivação das bases de um desenvolvimento industrial.

A produção de café a altos níveis vinha se comportando com uma brusca queda internacional dos preços e os estoques invendáveis pressionaram sobre o mercado acarretando/ maiores baixas de preço. O Governo Federal delineou uma política de defesa do café através da retenção e destruição de parte da produção cafeeira garantindo dessa forma a soberania dos interesses dos cafeicultores até 1930.

A política de defesa do café foi fundamental para a economia nos anos de depressão. Inconscientemente, adou-se no país uma medida que teve como resultado a recuperação da economia a partir de 1933.

Esclarecendo melhor, garantiu-se preços mínimos de compra e dessa forma manteve-se o nível de renda e de emprego no setor exportador e indiretamente nos setores produtores ligados ao mercado interno. O poder aquisitivo interno, mantido, e o externo, reduzido, incrementaram uma demanda interna que pressionava e induzia a se utilizar a capacidade produtiva ociosa existente.

A procura interna teve importância crescente como elemento dinâmico da recuperação econômica, muito maior que os fatores externos. Não se pode negar, entretanto, que os altos preços dos produtos importados e a reduzida capacidade de importar favoreceram ao processo de industrialização.

A indústria interna era chamada a atender um mercado incipiente, em crise de abastecimento e de hábitos de consumo crescentes e diversificados.

A capacidade ociosa existente nas empresas / foi rapidamente utilizada e alguns investimentos novos foram feitos dedicando-se a bens de consumo. As novas inversões resultaram, sobretudo, do fato de que mantido o elevado nível de procura interna, as atividades ligadas ao mercado interno obtinham taxas de rentabilidade crescentes, ao mesmo tempo em que os lucros do setor ligado ao mercado externo caíam. Dessa maneira, ocorreram desvios de capitais do setor exportador / para as atividades do mercado interno(2).

(2) Esta afirmação baseia-se em estudo apresentado no livro Formação Econômica do Brasil de CELSO FURTADO. Entretanto existem divergências de alguns autores quanto a este aspecto.

Os equipamentos existentes eram operados a plena capacidade e o volume de produção industrial se via limitada pela dificuldade de importar novos equipamentos. A demanda significativa por bens de capital, reflexo da necessidade de expansão da produção para o mercado interno, implicou a instalação de uma indústria de bens de capital e matérias primas, com participação de investimentos diretos de capital estrangeiro. Os setores de cimento, aço laminado, ferro, etc... cresceram rapidamente nesse período, podendo se generalizar a afirmação para os bens intermediários e de capital.

O crescimento destes setores dependem essencialmente da evolução do mercado. A economia brasileira encontrou dentro do próprio sistema estímulo para anular a maior / parte dos efeitos depressivos externos, conseguindo recuperar-se durante a década de 30.

Com a crise mundial de 1929, os Estados Unidos, em substituição à Inglaterra, emergiram, realmente, como o centro econômico dominante tanto na área de trocas internacionais, como no volume de investimentos feitos no país, apesar deste fato já ter vindo ocorrendo desde a I Guerra Mundial. Esta situação refletiu-se na maior dificuldade nas exportações de produtos primários, e a mais longo prazo, no fato de que a aplicação de capital passara do setor de infra-estrutura para a indústria de transformação.

Por outro lado, o governo instituído em 1937 soube aproveitar da situação de tensão internacional da época, aliando-se a Alemanha, como alternativa em relação aos E.U.A., de forma a obter apoio deste último, em iniciativas que dificilmente seriam apoiadas em situação diversa: a ajuda financeira e de equipamentos para a entrada do país nas áreas de exploração de petróleo, através do Conselho Nacional do Petróleo (criado em 1938) e Siderúrgica, pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

Dessa forma, é importante notar que a ação do Estado da época embora não fosse industrializante, pelo menos tinha uma atitude positiva em relação a industrialização. Através de mecanismos da política cambial, tradicionalmente subordinada aos serviços da dívida externa, e da política fiscal passou a realizar investimentos diretos nos setores de petróleo, geração e transmissão de energia elétrica, siderurgia e química básica (com apoio do capital norte-americano).

As modificações bruscas ocorridas na estrutura econômica deixariam persistentes desequilíbrios. A política cambial deixa de ser o importante mecanismo de ajuste e de defesa, na medida em que desenvolviam-se industriais destinadas a substituir importações e que começavam a concorrer com importadores. A eficiência do sistema econômico teria de prejudicar-se com as flutuações cambiais.

Por outro lado, a maior ênfase na industrialização através de tecnologia antiquada nos setores tradicionais e de indústrias produtoras de bens de consumo com baixa produtividade pode ter sido a base para problemas posteriores.

A política adotada após a crise de 1929 foi seguida durante os anos da II Guerra Mundial e por se tratarem de situações adversas o resultado obtido foi completamente diferente. No primeiro caso, ao se fixar a taxa cambial, sustentou-se o nível de renda do setor exportador ao mesmo tempo em que os produtos importados atingiam preços muito elevados. A existência de capacidade ociosa foi eliminada durante o período tendo em vista a pressão de demanda.

Ao se manter fixada a taxa de cambio durante a guerra, o resultado obtido foi o aumento da renda do setor exportador num contexto em que as indústrias operaram a plena capacidade, as exportações de café começavam a crescer e as importações tinham sido reduzidas drasticamente.

Todo aumento de renda ficou represado no mercado interno e sendo inevitável a contração da oferta externa, esse desequilíbrio entre renda e oferta de bens e serviços gerou uma alta de preços.

Até que ponto a II Guerra Mundial se constituiu um obstáculo ou estímulo para o desenvolvimento industrial é tema bastante discutido. De uma forma geral as guerras se constituíram em estímulo para o desenvolvimento, pelo menos no que se refere a taxa de aumento de produção. No entanto, verificou-se nesse período uma redução do ritmo de desenvolvimento industrial apesar de existir acumulação de capital para promover o incremento de taxa de investimentos. A maior parte da expansão dos anos de guerra diluiu-se em rápida inflação pelos fatores já mencionados.

A definitiva emergência do setor industrial como área dinâmica da economia e seu desenvolvimento, ocorreram/no decênio após guerra. A agricultura de exportação, no entanto, continuava a ter importância, principalmente por que tanto café como algodão, eram exportados em condições favoráveis de volume e de preços.

A redução das importações durante a guerra permitiu que grandes saldos cambiais estrangeiros se acumulassem. O saldo de divisas do país com o exterior se concentrava sobre tudo com países europeus, ao passo que nas relações com os Estados Unidos a balanço comercial era deficitária. Os créditos acumulados com países europeus estavam em sua maior parte imobilizados não podendo servir como pagamento. Havia uma rigidez quanto a composição e distribuição desses recursos, o que impossibilitou a sua utilização mais dinâmica para solucionar os desequilíbrios internos e externos da economia brasileira.

O governo tomou as decisões de evitar qualquer desvalorização na taxa de câmbio bem como de liberar as impor

tações sem restrições. Esta medida refletiu na importação ma
ciça de bens de consumo por grande parte da demanda insatis -
feita .

Importaram-se também equipamentos que eram ne
cessários para o desenvolvimento industrial.

A taxa de crescimento médio da produção indus
trial, que durante a guerra fora de 6,2%, entre 46-50 passou
a 8,9%, mantendo-se no quinquênio seguinte, em 8,1%.

A rigidez dos saldos no exterior ao lado do
grande volume de importações (principalmente bens de consumo
de caráter suntuário) levaram ao rápido esgotamento dos recur
sos disponíveis. Por esta situação deve ficar claro o aspecto
de que os detentores de parcela dominante da renda e da
política econômica, longe de serem grupos de empresários in
dustriais, eram exportadores e importadores.

Depois de novo fracasso do liberalismo cambi
al, foi constituído em 1947 um controle seletivo de importa
ções, via licenciamento fundado na divisão dos bens importa
dos em diversas categorias . Através de um sistema de priori
dades , facilitou-se a importação de equipamentos e matérias
primas, ao mesmo tempo em que dificultou-se a de bens de consumo.

Como consequência, aos produtores internos foi
reservado o mercado de bens de consumo, importando-se maqui -
nas e matérias-primas a um cambio desligado da realidade, a
uma taxa de cambio fixada que supervalorizava o cruzeiro, ba
rateando essas importações .

O crescimento industrial que se verificou não
foi homogêneo entre os setores industriais, observando-se uma
transformação da estrutura econômica. Ao terminar a Guerra, a
indústria leve de consumo estava instalada e a partir dessa
época teve início o desenvolvimento de indústrias de bens de
consumo mais complexas, como por exemplo, a de eletrodomesti-

cos. Houve impulso também para as indústrias de base. Distin-
guindo-se entre os setores tradicional e moderno pode-se ve
rificar, que este último se desenvolvia mais rapidamente (ob
serva-se que era principalmente neste setor que o capital es
trangeiro vinha sendo alocado). Como ilustração, nota-se que
a produção industrial global teve um incremento de 87% entre
48 e 55; a produção de dois setores tradicionais, têxtil e
alimentício aumentaram de 61% e 77% respectivamente, enquan-
to que a indústria metalúrgica e química cresceram 172% e
608% respectivamente.

Modificando-se o contexto, haja visto que o
setor exportador já não tinha condições para sustentar a a
bertura para o exterior, teve início uma preocupação com a
determinação de uma linha de ação defensiva de produção in -
terna. A ausência de uma política industrializante integrada
levava a distorções, dentre as quais, a tendência do empresá-
rio adotar uma posição de cliente perante o Estado (especial-
mente na busca de vantagens tributárias e creditícias), com
portamento este, vinculado a baixa eficiência dos investimen-
tos e conseqüente tendência do sistema a operar com alta ca
pacidade ociosa, desempenhando assim, papel importante no
processo inflacionário.

IV. O PROCESSO INDUSTRIAL CONTÍNUO COMO RESULTADO DE POLÍTICAS ECONOMICAS.

A década de 50 veio representar um ponto de inflexão no processo de industrialização. Sua continuidade dependia essencialmente da dinamização do mercado interno em moldes autônomos e não mais referidos a problemas de relacionamento/com o exterior. Portanto, desde logo se suscitava problema das disparidades de distribuição de renda.

É a partir deste período que o Estado passa a ter ação decisiva no desenvolvimento industrial do país, principalmente a partir de 1956. Na realidade, o período 56-61 apresenta significativo crescimento da economia apesar dos sérios desequilíbrios que vinham se desenvolvendo.

O processo de urbanização aumentava e acentuavam-se os movimentos obrigatórios internos. O centro-sul, área mais industrializada, era a que se desenvolvia rapidamente, dado principalmente a tendência de concentração de indústrias/onde haja facilidade de mercado, mão-de-obra disponível, matéria-prima, organização bancária, etc. Desse modo, o processo de industrialização exercia efeitos agravantes sobre os desníveis regionais, o que chamava atenção para o problema de entrada mais vigorosa do Estado nessa área.

A partir de 56 foi dada uma ênfase cada vez maior ao processo industrial como elemento dinâmico da expansão da economia do país. A linha de ação manifestou-se através do chamado "desenvolvimentismo" e tinha como base o Plano de Metas. Formulado em 56 tinha em vista a efetiva expansão do setor industrial ao nível de investimentos públicos (transporte, energia) e privado (indústria de base e bens de consumo/final).

Foi dado estímulo à industrialização, criando-se condições favoráveis aos investimentos privados nacional e

estrangeiro e ao investimento público. A importação de bens de capital e insumos básicos era subsidiada, eram concedidos incentivos fiscais para a expansão das indústrias e a través da política monetária houve oportunidade de se expandir o crédito bancário ao setor privado.

Um aspecto importante da política econômica adotada foi a busca ativa de grande afluxo de capital estrangeiro. O investimento externo, aplicado nos setores dinâmicos, utilizando tecnologia avançada, foi responsável pela maior parte do extraordinário desenvolvimento verificado. O fenômeno econômico fundamental foi a implantação da indústria automobilística, que significou não somente investimentos em setores ligados (auto-peças, vidro, borracha, etc.), como também novas oportunidades de emprego.

Embora não caiba discutir aqui das vanta-gens e desvantagens dos investimentos diretos de capitais / estrangeiros, é importante observar que dado ao surgimento de empresas nacionais, às barreiras tarifárias que vinham se impondo aos produtos importados e ao desenvolvimento e concorrência acirrada das multinacionais, estas últimas viam-se na situação de investir no país a risco de perder mercado. Dessa maneira, quer parecer que estas se instalariam no país de qualquer forma, independentemente dos incentivos concedidos, haja visto a necessidade de garantir esse mercado.

Este já foi o período de desenvolvimento da indústria automobilística, química, máquinas-ferramentas, metalúrgia e de algumas indústrias básicas, observando-se também progresso no campo de equipamentos industriais. Entre -tanto, deve-se observar que neste período acentuou-se ainda mais o afastamento do capital privado nacional dos setores/dinâmicos e de base, que, por certo, exigiam um grau de tecnologia que não se possuía no país. Na realidade, o problema tecnologia não havia sido relevado ainda.

Atingido certo estágio de evolução do capital estrangeiro, o processo de substituição de importações começava a converter-se num processo "processo de substituição de empresários" (3) . O controle de postos-chaves de indústria instalada no país (principalmente naquelas que envolviam algum grau de tecnologia), passava ao poder de grupos localizados / nos países desenvolvidos . O esquema tendia a conduzir a um agravamento do desequilíbrio externo da economia haja visto as remessas de lucro, afora o poder de barganha que essas empresas iam adquirindo. O desequilíbrio externo era fruto também da política cambial usada para importação de equipamentos e matérias-primas, ao mesmo tempo em que as exportações tinham um fraco desempenho.

Cabe comentar ainda que a tentativa de iniciar-se o desenvolvimento global através do incentivo unilateral à industrialização revelou-se falho. Os problemas básicos de desequilíbrio da economia nacional e setorial, regional e externa continuaram e recrudesceriam a partir de então. O crescimento industrial na década de 50 e o concomitante processo inflacionário, mais ocultaram a curto prazo, do que superavam os profundos desequilíbrios econômicos e sociais. Entretanto não se pode negar a importância do programa efetuado, na política/governamental, cuja explicação se encontra em necessidades e condições muito mais amplas e complexas do que a eventual ação de um empresariado coeso e agressivo.

Essas considerações permitem introduzir que a partir de 1962 a economia brasileira começou a entrar numa crise de caráter principalmente econômico e político. Esta crise que veio realmente dominar o panorama econômico em 1965, era demostrada por diversos fatores, como por exemplo, o nível de

(3) Fonte: "Problemas da Industrialização no século XX", de GABRIEL COHN. In: Brasil em Perspectiva (1970).

desemprego, as quedas bruscas nas vendas, em especial de bens de consumo duráveis, suspensão dos investimentos, etc. Ocorreu uma violenta redução da atividade econômica.

A causa estrutural a médio prazo mais importante seria a diminuição das oportunidades de investimentos. Contribuíram para essa situação, a redução nas possibilidades de substituição de importações, a falta de mercado e a capacidade ociosa.

Com a continuidade do processo de desenvolvimento industrial e tendo em vista a característica deste processo, de começar pela super-estrutura, a pauta de importações tornou-se mais rígida, mais complexa. Os bens necessários dificilmente poderiam ser produzidos economicamente no país (dimensão do mercado) bem como exigiam grandes investimentos que os empresários nacionais não estavam em condições de financiar, e que provavelmente também não tinham interesse pois o tempo de retorno destes investimentos seria longo.

Existia também falta de mercado, pois completa a substituição de importação de determinado produto e abastecido todo mercado tradicional, a procura do produto tenderia a crescer à proporção que aumentasse a população e seu poder aquisitivo, sua renda, seu salário real; exceção feita à mudança de gostos e inovações tecnológicas.

No Brasil a partir de 1958, aproximadamente, passou-se a observar o grande distanciamento entre o produto per capita (que crescia) e o salário médio real (que decrescia). Como resultado, ao mesmo tempo em que se aumentava a produção/ e especialmente a capacidade de produção, ocorria concentração de renda. Essa situação evoluiu, com uma efetiva queda dos salários reais em 1962 e evidentes consequências sobre o consumo. Contribuía para essa situação o nível de investimentos, cada vez maior, em capital-intensivo provocados pela adoção de tecnologia importada com baixa absorção de mão-de-obra.

Quanto a capacidade ociosa existente, esta se formou pelo fraco desenvolvimento do mercado e da demanda artificial provocada pela inflação, ao mesmo tempo em que as indústrias continuavam a investir, criando capacidade ociosa em diversos setores.

Afirma-se que a partir dos anos 60, o Brasil/podia ser considerado como país industrializado se bem que permanecesse subdesenvolvido. Introduziu-se no país uma estrutura industrial moderna com nova tecnologia e de acordo com os gostos do mercado. Em contrapartida tinha-se absorção limitado de emprego e o salário real era mantido baixo.

Na verdade, a crise econômica de 62-67, relaciona-se diretamente ao fato de ocorrerem simultaneamente o esgotamento das oportunidades de substituição de importação e a série de impactos negativos que sofria o mercado consumidor de bens de consumo duráveis.

Tinha-se portanto que o processo de substituição de importações que vinha, a longo período, alimentando a industrialização brasileira estava por esgotar-se. Grande parte dos bens de consumo-têxteis, mobiliários, produtos alimentícios, auto-motores e alguns componentes já vinham sendo produzidos internamente. Restavam os bens de produção mais sofisticados locomotivas, turbinas, prensas, altos fornos, etc. - que exigiam uma dimensão de mercado interno que o país não possuía. Dado os elevados investimentos iniciais exigidos, seria indispensável um número grande de encomendas para compensar os gastos.

Ao mesmo tempo o mercado de bens de consumo / era pequeno porque o poder aquisitivo era baixo.

No entanto, a partir de 68 verificaram-se altas taxas de crescimento. Tendo em vista o complexo industrial altamente diversificado, instalado e sub-utilizado, procu

rou-se a retomada de expansão via impulso da demanda.

Procurou-se ajustar o perfil da demanda à estrutura da oferta potencial existente, qual seja, promoveu-se uma dinamização da demanda através de um processo de reconcentração da renda da classe média alta, para cima, de forma a se criar um mercado de bens de consumo duráveis; por outro lado buscou-se também a maior formação de capital fixo .

A política adotada garantiu a manutenção do mercado em níveis elevados para as indústrias dinâmicas, tecnologicamente de ponta. A capacidade ociosa dos diversos setores foi sendo gradativamente absorvida. Agravaram-se, no entanto, as tendências estruturais de insuficiente criação de emprego nos setores produtivos em que penetrava a tecnologia moderna.

O consenso geral é que o crescimento no período 68-73 teve origem no tripé formado pela maior concen - tração da Renda, pela expansão do crédito ao consumo e pela abertura de economia ao exterior, tanto em termos de comércio quanto de investimento estrangeiros. Os três fatores possibilitaram o desenvolvimento do setor moderno da indústria, que garantia as altas taxas de crescimento do PIB. Enquanto a indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.) crescia rapidamente, a de bens de consumo / não duráveis permanecia de modo geral estagnada, apesar dos incentivos a exportação desses produtos.

Em relação ao primeiro aspecto do tripé abor dado, existe certa contradição entre os economistas, na medi da em que aqueles da chamada " linha oficial " apontam a concentração de renda mais como consequência do que causa do crescimento recente.

O enfoque especial dado ao setor moderno a

traiu os interesse de investimentos nos setores de bens de capital e insumos básicos, mais sofisticados, principalmente através do capital estrangeiro. A partir de 68/69 as empresas multinacionais retornaram a participar de forma crescente da produção total, atuando nos setores de tecnologia/avançada, respondendo por uma parcela significativa da produção total. As empresas, não totalmente controladas por capital externo ou mesmo nacionais, produtoras de insumos básicos (aço comum laminados, aço especiais, alumínios, petroquímica,) desenvolveram-se bastante.

É importante observar o grupo industrial brasileiro que se formara, composto de 3 sub-grupos: (1) um setor privado nacional formado por um número limitado de grandes empresas e números consideravel de pequenas; (2) um forte setor privado estrangeiro formado por subsidiárias de grupos estrangeiros ou associado ao empresário nacional; (3) e o setor público formado por empresas estatais atuantes / nos setores de infra-estrutura e/ou setores cujo período de maturação dos investimentos é longo, assumindo a posição de monopólio ou participando do capital de empresas de setores vitais para o país .

V. OBSERVAÇÕES FINAIS.

Deve ter sido observado, que pelo menos desde 1950, vem sendo assinalados problemas de desequilíbrios setoriais, regionais e externos, de concentração de renda e de infra-estrutura básica. Este último explica-se em particular, pelo fato de que o processo de industrialização não se fez acompanhar por uma evolução nos setores de transporte, portos, energia, educação, saúde pública, etc.

Por outro lado, o Estado vem participando ca da vez mais na atividade econômica, dado que o sistema tem-se mostrado incapaz de gerar espontaneamente uma demanda adequada para sua autodinamização; existe a tendência de sub-utilizar a capacidade produtiva, e o crescimento econômico passa a depender de ações exógenas do Estado. Podem ser verificadas/ sua participação na atividade econômica, diretamente como empresário em setores tais como geração de energia, comunicação, siderurgia, petroquímica, etc. (ao mesmo tempo em que es timula uma demanda por bens de capital); ou via regulamentação através da implementação de programas e fundos específico de financiamento.

O crescimento observado no período 68/73 rea lizou-se apesar de desequilíbrios apontados e derivou sobre tudo de política econômica estabelecida pelo governo, utilizando o elevado grau de capacidade ociosa existente. A partir de 1971 aumentaram os níveis de investimento e deu-se grande importância ao setor de bens de capital.

Com base na elevada taxa de crescimento que vinha se observando, os investimentos privados continuaram de forma crescente, o que veio contribuir para a formação de no va capacidade ociosa, a partir de 1974.

Em meados de 1973 a economia mundial começava

o simples problema de adquirir no exterior o equipamento ou contratar "know-how" para a operação do mesmo. Portanto tor-ta-se necessário ter acesso ao fluxo de inovação tecnológica que brota nas economias dinâmicas, tecnologia esta, que em nenhum momento fora transferida pelas multinacionais instaladas no país. Não se verificou, também, a preocupação de desenvolver e absorver tecnologia, por parte do empresariado nacional (com raríssimas exceções feitas) que importava diretamente o equipamento e contratava assistência técnica. A necessidade de haver capacidade de projetar os bens de capital e de operá-los fez com que surgisse um programa especial para geração, desenvolvimento, e utilização de tecnologia, de forma a propiciar centros de pesquisas em empresas nacionais.

Tem-se em vista sobretudo manter o setor de pauta da economia, em desenvolvimento, admitindo-se que a qualidade dos produtos vem dependendo muito mais de tecnologia de produto e de processo do que da qualidade dos equipamentos. Dessa forma procura-se fortalecer o setor de pauta de modo que se possa sustentar a capacidade de pagamento no exterior através do setor industrial.

Outro problema que se apresenta é a criação/ de infra-estrutura compatível com o tipo de desenvolvimento, ocorrido; ou seja, os super centros urbanos criados exigem eficientes sistemas de transportes (nesse caso visando também o escoamento de produção), de comunicação, de educação / principalmente de pessoal qualificado, construção habitacional, saúde pública, etc. De modo geral, caberá ao setor público a realização desses investimentos que criarão novos empregos e também economia externa as outras atividades produtivas.

No entanto deve-se procurar uma forma de como será o mecanismo de financiamento desses serviços e indústrias; explicando de outra maneira, como será o sistema financeiro de forma a serem atingidos os serviços de utilidade

pública, pois estes não poderão ser financiados como no estágio anterior, nem terão as mesmas fontes de recursos.

Consistindo o atual modelo brasileiro na atuação do Estado em diversos setores, através de variados mecanismos, provavelmente lhe caberá a tarefa de promover esta transformação.

Abordado alguns dos problemas que se verificam atualmente, e que são frutos de períodos passados, é importante comentar que com a crise atual do país, resultado de uma crise externa que segundo alguns autores reflete a fase de um ciclo de longo prazo (kouradry), agravada pelas condições internas, o país deverá se preocupar cada vez mais com uma política econômica coerente e bastante cuidadosa de forma a não continuar a agravar os desequilíbrios existentes. O tipo adotado para crescimento econômico do país transformou-o em industrializado, porém não se pode dizer que se tornou menos dependente ou que tenha resolvido seus problemas estruturais, muito pelo contrário.

Tendo em vista que se criou um grupo empresarial recentemente fortalecido por uma política governamental/industrializante, e que este não irá preocupar-se com problemas regionais, setoriais, externos e sociais do país, caberá ao Estado preocupar-se com a solução desses problemas.

Finalmente importa comentar que em todo o período observado, os fatores que se destacaram durante o processo de industrialização (e sem solução aparente) foram / principalmente : (1) dependência de receita provida do exterior; (2) contínuo processo inflacionário; (3) constante e sucessivo endividamento externo; (4) concentração de renda em determinado grupo dominante; (5) ausência de uma consciência/empresarial ou mesmo de algum grupo determinado, que liderasse um processo de desenvolvimento global; (6) e a existência/ de capacidade ociosa em diversos setores durante alguns anos, a qual utilizada adequadamente gerou um crescimento sem período subsequentes.

BIBLIOGRAFIA

1. BRESSER, Pereira L.C. - Desenvolvimento e Crise no Brasil. Brasiliense, Ed. (1972).
2. COHN, Gabriel. - Problemas da Industrialização do Século / XX. In: Brasil em Perspectiva. Difusão Europeia do Livro (1970)
3. FISHLOW, Albert.- Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil. In: Revista Estudos Econômicos - IPE/USP.
4. FURTADO, Celso.- Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional. (1971).
5. FURTADO, Celso.- Análise do Modelo Brasileiro. Civilização Brasileira, Ed. (1972).
6. FURTADO, Celso. O Leito do Desenvolvimento Econômico. Paz e Terra, Ed. (1974).
7. RANGEL, Ignácio.- Perspectivas Econômicas Brasileiras para a Próxima Década. In: Estudos CEPRAB.4. Brasileira de Ciências, Ed. (1973).
8. SUZIGAN, Wilson.- Industrialização e Política Econômica: uma interpretação em perspectiva histórica. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA/INPES (dez. 75).
9. SUZIGAN, Wilson.- et alii - Crescimento Industrial no Brasil - Incentivos e Desempenho Recente. In: Coleção Relatórios de Pesquisas nº 26. IPEA/INPES (1974).

10. VILLELA, Anibal e SUZIGAN, Wilson .- Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira. 1889/1945. Série Monográfica nº 10. IPEA/INPES (1973).